



São Paulo, 31 de março de 2020.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

O Conselho de administração e a Diretoria da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO PÃO DE AÇUCAR** vem apresentar suas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, constando:

- a) Balanço Patrimonial,
- b) Demonstração de Resultado,
- c) Demonstrações das mutações do patrimônio líquido,
- d) Demonstrações dos fluxos de caixa.
- e) Notas Explicativas,
- f) Relatório da Auditoria Independente,

Esclarece que todos os Relatórios foram disponibilizados em nosso no sítio eletrônico: "<https://www.gpativa.com.br/pagina/demonstracoes>" em 31/03/2020

Declaram que as informações relativas às Demonstrações e todos os demais documentos juntados ao presente são fidedignos e de responsabilidade dos gestores.

Atenciosamente,

COOP DE ECON E CRED MUTUODOS EMP
DO GRUPO PAO DE:46277273000189

Assinado de forma digital por COOP DE ECON E CRED
MUTUODOS EMP DO GRUPO PAO DE:46277273000189
Dados: 2020.03.31 17:28:34 -03'00'

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO
DOS EMPREGADOS DO GRUPO PÃO DE AÇUCAR**

Fernanda Muraro Mazzetto
Diretora Administrativa Operacional

Marcelo Simões Pato
Diretor de Controladoria e Riscos

Valeria Machado da Costa Mesquita
Contadora – CRC - 1SP 193.225/O-3





Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>		<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo				Passivo			
Circulante		81.694	68.892	Circulante		7.966	14.409
Disponibilidades	3	581	671	Outras obrigações	10	7.966	14.409
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	28.703	21.116				
Títulos e valores mobiliários	5	-	1	Não circulante		3.563	1.734
Operações de crédito	6	44.020	39.950	Exigível a longo prazo			
Outros créditos	7	8.390	7.154	Outras obrigações	10	3.563	1.734
Não circulante		9.016	12.444	Patrimônio líquido	12	79.181	65.193
Realizável a longo prazo				Capital social		65.622	57.018
Operações de crédito	6	8.275	11.389	Reserva legal		5.867	3.770
Imobilizado de uso	8	207	233	Reserva para contingências		300	-
Intangível	9	534	822	Sobras acumuladas		7.392	4.405
Total do ativo		90.710	81.336	Total do passivo e patrimônio líquido		90.710	81.336

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais

	Nota	2019	2018
Ingressos da intermediação financeira		12.045	8.882
Operações de crédito		10.955	7.150
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	1.090	1.732
Dispêndios da intermediação financeira		(561)	(391)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6d	(561)	(391)
Resultado bruto da intermediação financeira		11.484	8.491
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		(3.018)	(3.592)
Ingressos de prestação de serviços		44	-
Dispêndios administrativos	13	(1.604)	(1.502)
Dispêndios de pessoal e honorários	14	(1.486)	(1.543)
Dispêndios tributários		(15)	(18)
Outros ingressos operacionais		50	11
Outros dispêndios operacionais		(7)	(540)
Resultado operacional		8.466	4.899
Resultado não operacional		4	92
Resultado antes da tributação		8.470	4.991
Imposto de renda e contribuição social		(16)	(40)
Resultado antes das participações estatutárias		8.454	4.951
Participações estatutárias nas sobras		(110)	(88)
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre o capital		8.344	4.863
Juros sobre o capital		-	540
Sobra líquida do exercício		8.344	5.403

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva para contingências	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	50.596	3.278	-	863	54.737
Aumento do FATES com sobras	-	-	-	(690)	(690)
Aumento de reserva com sobras	-	173	-	(173)	-
Reversão da reserva legal	-	(162)	-	162	-
Sobras de exercícios encerrados	-	-	-	159	159
Integralizações de capital	16.085	-	-	-	16.085
Devoluções de capital	(10.123)	-	-	-	(10.123)
Juros sobre o capital	460	-	-	(540)	(80)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	5.403	5.403
Destinação da reserva legal	-	481	-	(481)	-
FATES – cooperados	-	-	-	(241)	(241)
FATES - não cooperados	-	-	-	(57)	(57)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	57.018	3.770	-	4.405	65.193
Aumento do FATES com sobras	-	-	-	(2.511)	(2.511)
Aumento de reserva com sobras	-	1.594	-	(1.594)	-
Constituição de reserva para contingências	-	-	300	(300)	-
Integralizações de capital	18.613	-	-	-	18.613
Devoluções de capital	(10.009)	-	-	-	(10.009)
Reversão da reserva legal	-	(328)	-	328	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	8.344	8.344
Destinação da reserva legal	-	831	-	(831)	-
FATES – cooperados	-	-	-	(416)	(416)
FATES - não cooperados	-	-	-	(33)	(33)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	65.622	5.867	300	7.392	79.181

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais

	2019	2018
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(939)	(26.984)
Sobra ajustada do exercício	9.388	5.980
Sobra líquida do exercício	8.344	5.403
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	561	391
Depreciações e amortizações	483	186
Aumento nos ativos	(2.753)	(30.326)
Operações de crédito	(1.517)	(28.373)
Outros créditos e outros valores e bens	(1.236)	(1.953)
Redução nos passivos	(7.574)	(2.638)
Outras obrigações	(7.574)	(2.638)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(169)	(465)
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(169)	(465)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	8.604	5.422
Integralizações de capital	18.613	16.085
Devoluções de capital	(10.009)	(10.123)
Juros sobre o capital	-	(540)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	7.496	(22.027)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.788	43.815
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	29.284	21.788

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPATIVA situada na Av. Brigadeiro Luiz Antônio, nº 3.172, foi constituída em 14 de outubro de 1974, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Lei nº 5.764/1971 pela Lei Complementar nº 130/2009 e das disposições da Lei 4.595/19464, e tem por objetivo a educação cooperativista e financeira dos seus associados.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução nº 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 30 de abril de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a proposta de reforma ampla e consolidação do Estatuto Social da Cooperativa para mudança de categoria de “Capital e empréstimo” para “Clássica”.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009 e as normas e instruções do BACEN, apresentadas





conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, e 33 (R1)).

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa, e foram aprovadas em 21 de fevereiro de 2020.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

c.1 Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

c.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão por desvalorização de outros valores e bens, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.





c.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

c.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

c.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).



c.6 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

c.7 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de *impairment*).

c.9 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

c.10 Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.





c.11 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

c.12 Segregação de ativos e passivos

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

c.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para a contribuição social 15%. A sobra apurada em operações realizadas com associados é isenta de tributação.

c.14 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.





3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades, aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Descrição	2019	2018
Disponibilidades	581	671
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	28.703	21.116
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	-	1
	29.284	21.788

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2019	2018
Letras Financeiras do Tesouro (v)	28.703	21.116

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez da Cooperativa estavam compostas por títulos de Letras Financeiras do Tesouro, com remuneração de, aproximadamente, 96% do CDI.

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 1.090 (R\$ 1.732 em 2018).

5 Títulos e valores mobiliários

Instituição	2019	2018
Cotas de fundos de investimento	-	1

Refere-se a cotas de fundos de investimentos no Banco do Brasil S/A. No exercício de 2018, a manutenção dessa conta e aplicação era motivada pelo pagamento da previdência privada dos colaboradores, porém, foi encerrada no exercício de 2019.



6 Operações de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	2019			2018		
	Não		Total	Não		Total
	Circulante	circulante		Circulante	circulante	
Empréstimos	44.752	8.342	53.094	40.355	11.459	51.814
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(732)	(67)	(799)	(405)	(70)	(475)
	44.020	8.275	52.295	39.950	11.389	51.339

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de Provisão risco	%	2019			2018		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	15	51.596	51.611	-	50.988	50.988
C	3,0	17	461	478	39	260	299
D	10,0	20	254	274	40	133	173
E	30,0	22	192	214	51	108	159
F	50,0	19	99	118	30	29	59
G	70,0	25	53	78	39	27	66
H	100,0	119	202	321	55	15	70
		237	52.857	53.094	254	51.560	51.814



c Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	2019	2018
2020	-	9.576
2021	7.699	1.876
2022	635	1
2023 a 2031	8	6
	8.342	11.459

d Movimentação da provisão para operação de crédito de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo inicial	(475)	(307)
Créditos baixados para prejuízo	237	223
Constituição da provisão	(561)	(391)
Saldo final	(799)	(475)

e Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Até 31 de dezembro de 2019 os créditos baixados como prejuízo, registrados em conta de compensação, montam R\$ 556 (R\$ 366 em 2018). Em 2019, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 50 (R\$ 11 em 2018), registrados em outros ingressos operacionais.

7 Outros créditos

Descrição	2019	2018
Adiantamento diversos	5	12
Títulos e créditos a receber (i)	8.378	7.137
Devedores diversos	7	5
	8.390	7.154

- (i) Trata-se de recebimentos de empréstimos e integralizações mensais, que são descontados em folha de pagamento e repassados à Cooperativa no mês subsequente.



8 Imobilizado de uso

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2019	2018
				Líquido	Líquido
Instalações	10%	144	(27)	117	131
Móveis e equipamentos de uso	10%	102	(18)	84	93
Sistema de processamento de dados	20%	13	(7)	6	9
		259	(52)	207	233

b Movimentação do imobilizado

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019	258	(25)	233
Adições	1	(27)	(26)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	259	(52)	207

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2018	8	(2)	6
Adições	250	(23)	227
Saldos em 31 de dezembro de 2018	258	(25)	233



9 Intangível

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Amortização acumulada	2019	2018
				Líquido	Líquido
Software TESH	33%	562	(261)	301	394
Software - outros	20%	11	(4)	7	9
Projeto expansão	33%	580	(354)	226	419
		1.153	(619)	534	822

b Movimentação do intangível

	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019	985	(163)	822
Adições	168	(456)	(288)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.153	(619)	534

	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2018	770	-	770
Adições	215	(163)	52
Saldos em 31 de dezembro de 2018	985	(163)	822



10 Outras obrigações

Descrição	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	26	-	26	14	-	14
Sociais e estatutárias:						
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	7.475	-	7.475	13.836	-	13.836
Cotas de capital a pagar	228	-	228	230	-	230
Provisão para participação nos lucros	-	-	-	-	-	-
	7.703	-	7.703	14.066	-	14.066
Fiscais e previdenciárias:						
Impostos e contribuições a recolher	111	-	111	187	-	187
	111	-	111	187	-	187
Diversas:						
Obrigações por bens e direitos						
Provisão para pagamentos a efetuar	123	-	123	135	-	135
Provisão para contingências (ii)	-	3.563	3.563	-	1.734	1.734
Credores diversos no País	3	-	3	7	-	7
	126	3.563	3.689	142	1.734	1.876
	7.966	3.563	11.529	14.409	1.734	16.143

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 12b ii)).

(ii) No exercício de 2018, a Cooperativa constatou, através de trabalho específico e de terceiros especialistas, pagamentos indevidos e a maior de tributos federais de exercícios anteriores, sendo objetos de pedidos de compensação do Imposto de Operações Financeiras – IOF, no período. Desse modo, foi registrado o montante de R\$ 3.563 (R\$ 1.734 em 2018) referente a tributos já compensados, mas ainda não homologados pela Receita Federal.





A provisão está assim constituída:

Descrição	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	-
Constituição	1.734
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.734
Constituição	1.829
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.563

11 Passivos contingentes

A Cooperativa não possui processos em andamento, cuja probabilidade de perda é possível ou provável, com base na opinião de seus assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2019. Portanto, não foi constituída nenhuma provisão e nem divulgação em nota explicativa.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

12 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 92.139 cooperados em 31 de dezembro de 2019 e 85.675 cooperados em 31 de dezembro de 2018. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2019, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 18.613 (R\$ 16.085 em 2018), com recursos provenientes de seus cooperados, e também ocorreram baixas em 2019, no montante de R\$ 10.009 (R\$ 10.123 em 2018), proveniente de cooperados desligados.

O capital social é de R\$ 65.622 e de R\$ 57.018 em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente.



b Destinações legais e estatutárias

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2019 e de 2018, conforme Estatuto Social, tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício (base de cálculo das destinações)	8.344	5.403
Destinações estatutárias:		
Reserva legal 10% (i)	(831)	(481)
FATES 5% (ii)	(416)	(241)
Transferido para FATES (iii)	(33)	(57)
Reversão da reserva legal	328	162
Juros sobre o capital (iv)	-	(540)
Sobras de exercícios encerrados	-	159
Sobras à disposição da Assembleia Geral	7.392	4.405

- (i) 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.
- (ii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados da Cooperativa, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 10 (i))
- (iii) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em 31 de dezembro de 2019, não houve pagamento de juros sobre o capital. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2018, foi aprovado a remuneração das cotas capital dos cooperados no montante de R\$ 540 mil, líquido do IRRF e foi contabilizado como “Capital social”, conforme determinação do plano de contas do COSIF. Adicionalmente, conforme determinado pela Circular BCB nº 2.739/1997, os juros sobre o capital integralizado foram registrados no resultado do exercício, como "Outros dispêndios operacionais", e ajustados;

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovada a destinação no montante de R\$ 2.511 das sobras acumuladas do exercício de 2018 para o FATES (R\$ 690 em 2018), R\$ 300 para



constituição de reserva para contingências e o restante de R\$ 1.594 para aumento da reserva legal (R\$ 173 em 2018).

d Reserva para contingências

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovada a constituição de reserva para contingências no montante estimado de um milhão de reais, formada através da destinação de R\$ 300 das sobras líquidas apuradas no exercício de 2018 e o restante das sobras líquidas apuradas dos exercícios sociais futuros da Cooperativa, para fazer frente a eventual necessidade de recursos para pagamento de tributos e multas devido à recuperação de créditos tributários ainda não homologados.

13 Dispêndios administrativos

Descrição	2019	2018
Serviços técnicos especializados	(518)	(669)
Desenvolvimento e manutenção de sistemas	(291)	(259)
Depreciações e amortizações	(483)	(186)
Despesas OCESP	(109)	(112)
Outros	(203)	(276)
	(1.604)	(1.502)

14 Dispêndios de pessoal e honorário

Descrição	2019	2018
Proventos	(1.011)	(1.078)
Encargos sociais	(348)	(363)
Benefícios a empregados	(127)	(102)
	(1.486)	(1.543)

15 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as aplicações interfinanceiras de liquidez e operações de crédito.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.



16 Seguros contratados

A Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

17 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive pessoas jurídicas à elas ligadas, diretores e executivos e membros da família. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As operações são assim resumidas nos exercícios:

Conselho de Administração

	2019	Total da Conta	%/Total	2018	Total da Conta	%/Total
Empréstimos	-	53.094	-	-	51.814	-
Capital Social	17	65.621	0	7	57.018	-
Remuneração	-	-	-	-	-	-

Diretoria

	2019	Total da Conta	%/Total	2018	Total da Conta	%/Total
Empréstimos	-	53.094	-	-	51.814	-
Capital Social	-	65.621	-	-	57.018	-
Remuneração	-	-	-	-	-	-

Gerência

	2019	Total da Conta	%/Total	2018	Total da Conta	%/Total
Empréstimos	-	53.094	-	-	51.814	-
Capital Social	1	65.621	-	1	57.018	-
Remuneração	241	1.019	18	191	1.078	18

A Cooperativa possui relação transacional com o Grupo Pão de Açúcar, decorrentes da associação dos funcionários. Entre as obrigações do Grupo Pão de Açúcar com essa relação, estão os repasses para a Cooperativa, de valores correspondentes a integralização de capital e quitação de parcelas de empréstimos, cujos descontos ocorrem em suas folhas de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as transações por empresas do Grupo estão demonstradas no quadro a seguir:

Empresa	R\$ Mil	
	2019	2018
	Transferências	Transferências
Cia Brasileira de Distribuição	63.763	55.459
Assai	-	16.213
Comprebem	597	214
Greenyellow BR	32	46
CNOVA Comercio Eletrônico	-	43
Via Varejo	28	36
Novac Comercial Ltda.	28	27
Coop Econ. e Créd. M. Empr. GPA	36	23
Instituto P.A. Desenv. Humano	17	17
Móveis Bartira	-	4
GPA Malls & Properties	4	1
Sendas Distribuidora	23.665	-
	88.170	72.083

18 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão de risco da entidade é definida na política que atende aos requisitos predefinidos nas Resoluções nº 4.557/2017 e Resolução 4.606/2017 do BACEN e visa direcionar a estrutura integrada e simplificada de gerenciamento contínuo de riscos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que a Cooperativa está exposta de maneira relevante.

a Risco operacional

A gestão de risco operacional é definida como gerenciamento da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição inclui o controle do risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Cooperativa

Em atendimento à Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, a Cooperativa mantém processo de gerenciamento de risco operacional que inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método de apuração de não conformidades que geram perdas, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios.

Estas atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo.

b Diretoria Executiva

É responsável pelo cumprimento das políticas, normas e metodologias aplicáveis para o monitoramento e gerenciamento dos riscos, pela propositura de projetos e ações mitigadoras de riscos, bem como pela implementação de suas deliberações.

É responsável por avaliar as políticas, normas e metodologias de monitoramento dos riscos, aprovar as estratégias e as políticas para o adequado gerenciamento dos riscos e supervisionar a sua observância e implementação, em conformidade com os normativos aplicáveis.

c Diretor Responsável

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos operacionais e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.

d Gestor de Risco Operacional

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável por monitorar, controlar e acompanhar os indicadores de riscos instituídos pela Cooperativa, avaliar sistematicamente os processos e propor novos pontos de controle relacionados aos riscos, sempre que necessário.



e Risco de mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, define como risco de a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Estão incluídos nesta definição os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O processo de gerenciamento de risco de mercado inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método alinhado ao mercado, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios. As atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo:

f Diretoria Executiva

Responsável por aprovar a política de Gerenciamento Integrado e Contínuo de Riscos e avaliá-la no mínimo, uma vez ao ano, verificando e revisando a sua eficácia, e propondo melhorias ou adequações para atingir o objetivo proposto.

g Diretor Responsável

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos de mercado e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.

h Gestor de Risco de Mercado

O Coordenador Financeiro é responsável pela mensuração, monitoramento e controle do risco de mercado, bem como responsável pela consolidação e apresentação de relatórios, quando necessário.

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável pela remessa de informações ao BACEN de que trata a legislação vigente.

Admite-se que o gestor de risco de mercado seja o mesmo de risco operacional, desde que uma atividade não atrapalhe a outra e haja relação harmoniosa entre ambas, visto a estrutura de cooperativa.



Objetivando a contingência do Gestor de Risco, numa eventualidade assume sua função o Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT), que será treinado em tempo hábil e receberá informações do processo periodicamente.

i Risco de crédito

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, permitir a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados a Cooperativa.

As formas de pagamento dos empréstimos são consignação em folha de pagamento, nos casos de quitação antecipada, são efetuados via depósito em conta corrente da Cooperativa. Foi contratado sistema de automação de cooperativas de crédito que gera análise dos riscos, considerando pontuação obtida nas variáveis da avaliação cadastral, conforme Tabela “Análise de Rating, e são efetuadas avaliações do risco da operação.

A classificação das operações nos níveis de risco da Cooperativa será revista mensalmente e classificado conforme disposto na Resolução nº 2.682/1999.

j Risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, trata da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações”.

Caberá à Diretoria Executiva rever as políticas de captação e de liberação de crédito para adequações condizentes com a realidade econômica e financeira da Cooperativa pelo período necessário ao equilíbrio financeiro

k Risco socioambiental – PRSA

A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental previsto na Resolução nº 4.327/2014 do BACEN, deve conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.





I Risco de Capital

O conceito de risco de capital não compõe o conteúdo do Manual de Controles Internos da Cooperativa (classificada como Cooperativa Clássica), uma vez que é obrigatório somente para Cooperativas Plenas conforme previsto artigo 40 §2º e 3º da Resolução 4.557/2017, do BACEN.

Fernanda Muraro Mazzetto
Diretora Administrativa Operacional

Marcelo Simões Pato
Diretor de Controladoria e Riscos

Valeria Machado da Costa Mesquita
Contador CRC 1SP 193.225/O-3



**Cooperativa de Economia e Crédito
Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de
Açúcar - GPAtiva**

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro
de 2019 e de 2018 e o relatório dos auditores
independentes**





**Moore Prisma Auditores e
Consultores**

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

RTA-138-2020

Ribeirão Preto SP, 19 de março de 2020.

À
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva
São Paulo SP

Atenção da Senhora **Sandra Camargo Vicari**
Presidente do Conselho de Administração

Prezado Senhor:

Encaminhando às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente.

Moore Prisma Auditores e Consultores

Hélio Mazzi Júnior
Diretor

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9
1 Contexto operacional	9
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis.....	10
3 Composição do caixa e equivalentes de caixa	13
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	13
5 Títulos e valores mobiliários	13
6 Operações de crédito	14
7 Outros créditos	15
8 Imobilizado de uso.....	16
9 Intangível.....	17
10 Outras obrigações	18
11 Passivos contingentes	19
12 Patrimônio líquido.....	19
13 Dispêndios administrativos	21
14 Dispêndios de pessoal e honorários.....	21
15 Instrumentos financeiros.....	21
16 Seguros contratados.....	21
17 Partes relacionadas.....	22
18 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	23

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos cooperados e administradores da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva
São Paulo SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 21 de fevereiro de 2020.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3

Hélio Mazzi Júnior
CRC 1SP189107/O-3

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo				Passivo			
Circulante		81.694	68.892	Circulante		7.966	14.409
Disponibilidades	3	581	671	Outras obrigações	10	7.966	14.409
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	28.703	21.116				
Títulos e valores mobiliários	5	-	1	Não circulante		3.563	1.734
Operações de crédito	6	44.020	39.950	Exigível a longo prazo			
Outros créditos	7	8.390	7.154	Outras obrigações	10	3.563	1.734
				Patrimônio líquido	12	79.181	65.193
Não circulante		9.016	12.444	Capital social		65.622	57.018
Realizável a longo prazo				Reserva legal		5.867	3.770
Operações de crédito	6	8.275	11.389	Reserva para contingências		300	-
Imobilizado de uso	8	207	233	Sobras acumuladas		7.392	4.405
Intangível	9	534	822				
Total do ativo		90.710	81.336	Total do passivo e patrimônio líquido		90.710	81.336

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais

	Nota	2019	2018
Ingressos da intermediação financeira		12.045	8.882
Operações de crédito		10.955	7.150
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	1.090	1.732
Dispêndios da intermediação financeira		(561)	(391)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6d	(561)	(391)
Resultado bruto da intermediação financeira		11.484	8.491
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		(3.018)	(3.592)
Ingressos de prestação de serviços		44	-
Dispêndios administrativos	13	(1.604)	(1.502)
Dispêndios de pessoal e honorários	14	(1.486)	(1.543)
Dispêndios tributários		(15)	(18)
Outros ingressos operacionais		50	11
Outros dispêndios operacionais		(7)	(540)
Resultado operacional		8.466	4.899
Resultado não operacional		4	92
Resultado antes da tributação		8.470	4.991
Imposto de renda e contribuição social		(16)	(40)
Resultado antes das participações estatutárias		8.454	4.951
Participações estatutárias nas sobras		(110)	(88)
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre o capital		8.344	4.863
Juros sobre o capital		-	540
Sobra líquida do exercício		8.344	5.403

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva para contingências	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	50.596	3.278	-	863	54.737
Aumento do FATES com sobras	-	-	-	(690)	(690)
Aumento de reserva com sobras	-	173	-	(173)	-
Reversão da reserva legal	-	(162)	-	162	-
Sobras de exercícios encerrados	-	-	-	159	159
Integralizações de capital	16.085	-	-	-	16.085
Devoluções de capital	(10.123)	-	-	-	(10.123)
Juros sobre o capital	460	-	-	(540)	(80)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	5.403	5.403
Destinação da reserva legal	-	481	-	(481)	-
FATES – cooperados	-	-	-	(241)	(241)
FATES - não cooperados	-	-	-	(57)	(57)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	57.018	3.770	-	4.405	65.193
Aumento do FATES com sobras	-	-	-	(2.511)	(2.511)
Aumento de reserva com sobras	-	1.594	-	(1.594)	-
Constituição de reserva para contingências	-	-	300	(300)	-
Integralizações de capital	18.613	-	-	-	18.613
Devoluções de capital	(10.009)	-	-	-	(10.009)
Reversão da reserva legal	-	(328)	-	328	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	8.344	8.344
Destinação da reserva legal	-	831	-	(831)	-
FATES – cooperados	-	-	-	(416)	(416)
FATES - não cooperados	-	-	-	(33)	(33)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	65.622	5.867	300	7.392	79.181

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(939)	(26.984)
Sobra ajustada do exercício	9.388	5.980
Sobra líquida do exercício	8.344	5.403
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	561	391
Depreciações e amortizações	483	186
Aumento nos ativos	(2.753)	(30.326)
Operações de crédito	(1.517)	(28.373)
Outros créditos e outros valores e bens	(1.236)	(1.953)
Redução nos passivos	(7.574)	(2.638)
Outras obrigações	(7.574)	(2.638)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(169)	(465)
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(169)	(465)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	8.604	5.422
Integralizações de capital	18.613	16.085
Devoluções de capital	(10.009)	(10.123)
Juros sobre o capital	-	(540)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	7.496	(22.027)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.788	43.815
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	29.284	21.788

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPATIVA situada na Av. Brigadeiro Luiz Antônio, nº 3.172, foi constituída em 14 de outubro de 1974, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Lei nº 5.764/1971 pela Lei Complementar nº 130/2009 e das disposições da Lei 4.595/19464, e tem por objetivo a educação cooperativista e financeira dos seus associados.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução nº 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 30 de abril de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a proposta de reforma ampla e consolidação do Estatuto Social da Cooperativa para mudança de categoria de “Capital e empréstimo” para “Clássica”.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009 e as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, e 33 (R1)).

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa, e foram aprovadas em 21 de fevereiro de 2020.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

c.1 Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

c.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão por desvalorização de outros valores e bens, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

c.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

c.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

c.6 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

c.7 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de *impairment*).

c.9 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

c.10 Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

c.11 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

c.12 Segregação de ativos e passivos

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

c.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para a contribuição social 15%. A sobra apurada em operações realizadas com associados é isenta de tributação.

c.14 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades, aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Descrição	2019	2018
Disponibilidades	581	671
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	28.703	21.116
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	-	1
	29.284	21.788

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2019	2018
Letras Financeiras do Tesouro (v)	28.703	21.116

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez da Cooperativa estavam compostas por títulos de Letras Financeiras do Tesouro, com remuneração de, aproximadamente, 96% do CDI.

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 1.090 (R\$ 1.732 em 2018).

5 Títulos e valores mobiliários

Instituição	2019	2018
Cotas de fundos de investimento	-	1

Refere-se a cotas de fundos de investimentos no Banco do Brasil S/A. No exercício de 2018, a manutenção dessa conta e aplicação era motivada pelo pagamento da previdência privada dos colaboradores, porém, foi encerrada no exercício de 2019.

6 Operações de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	44.752	8.342	53.094	40.355	11.459	51.814
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(732)	(67)	(799)	(405)	(70)	(475)
	44.020	8.275	52.295	39.950	11.389	51.339

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2019			2018		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	15	51.596	51.611	-	50.988	50.988
C	3,0	17	461	478	39	260	299
D	10,0	20	254	274	40	133	173
E	30,0	22	192	214	51	108	159
F	50,0	19	99	118	30	29	59
G	70,0	25	53	78	39	27	66
H	100,0	119	202	321	55	15	70
		237	52.857	53.094	254	51.560	51.814

c Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	2019	2018
2020	-	9.576
2021	7.699	1.876
2022	635	1
2023 a 2031	8	6
	8.342	11.459

d Movimentação da provisão para operação de crédito de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo inicial	(475)	(307)
Créditos baixados para prejuízo	237	223
Constituição da provisão	(561)	(391)
Saldo final	(799)	(475)

e Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Até 31 de dezembro de 2019 os créditos baixados como prejuízo, registrados em conta de compensação, montam R\$ 556 (R\$ 366 em 2018). Em 2019, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 50 (R\$ 11 em 2018), registrados em outros ingressos operacionais.

7 Outros créditos

Descrição	2019	2018
Adiantamento diversos	5	12
Títulos e créditos a receber (i)	8.378	7.137
Devedores diversos	7	5
	8.390	7.154

(i) Trata-se de recebimentos de empréstimos e integralizações mensais, que são descontados em folha de pagamento e repassados à Cooperativa no mês subsequente.

8 Imobilizado de uso

a Composição do saldo

Descrição	Taxa	Custo	Depreciação acumulada	2019	2018
	anual de depreciação			Líquido	Líquido
Instalações	10%	144	(27)	117	131
Móveis e equipamentos de uso	10%	102	(18)	84	93
Sistema de processamento de dados	20%	13	(7)	6	9
		259	(52)	207	233

b Movimentação do imobilizado

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019	258	(25)	233
Adições	1	(27)	(26)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	259	(52)	207

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2018	8	(2)	6
Adições	250	(23)	227
Saldos em 31 de dezembro de 2018	258	(25)	233

9 Intangível

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação			2019	2018
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software TESH	33%	562	(261)	301	394
Software - outros	20%	11	(4)	7	9
Projeto expansão	33%	580	(354)	226	419
		1.153	(619)	534	822

b Movimentação do intangível

	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019	985	(163)	822
Adições	168	(456)	(288)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.153	(619)	534

	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2018	770	-	770
Adições	215	(163)	52
Saldos em 31 de dezembro de 2018	985	(163)	822

10 Outras obrigações

Descrição	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	26	-	26	14	-	14
Sociais e estatutárias:						
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	7.475	-	7.475	13.836	-	13.836
Cotas de capital a pagar	228	-	228	230	-	230
Provisão para participação nos lucros	-	-	-	-	-	-
	7.703	-	7.703	14.066	-	14.066
Fiscais e previdenciárias:						
Impostos e contribuições a recolher	111	-	111	187	-	187
	111	-	111	187	-	187
Diversas:						
Obrigações por bens e direitos						
Provisão para pagamentos a efetuar	123	-	123	135	-	135
Provisão para contingências (ii)	-	3.563	3.563	-	1.734	1.734
Credores diversos no País	3	-	3	7	-	7
	126	3.563	3.689	142	1.734	1.876
	7.966	3.563	11.529	14.409	1.734	16.143

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 12b ii)).

(ii) No exercício de 2018, a Cooperativa constatou, através de trabalho específico e de terceiros especialistas, pagamentos indevidos e a maior de tributos federais de exercícios anteriores, sendo objetos de pedidos de compensação do Imposto de Operações Financeiras – IOF, no período. Desse modo, foi registrado o montante de R\$ 3.563 (R\$ 1.734 em 2018) referente a tributos já compensados, mas ainda não homologados pela Receita Federal.

A provisão está assim constituída:

Descrição	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	-
Constituição	1.734
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.734
Constituição	1.829
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.563

11 Passivos contingentes

A Cooperativa não possui processos em andamento, cuja probabilidade de perda é possível ou provável, com base na opinião de seus assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2019. Portanto, não foi constituída nenhuma provisão e nem divulgação em nota explicativa.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

12 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 92.139 cooperados em 31 de dezembro de 2019 e 85.675 cooperados em 31 de dezembro de 2018. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2019, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 18.613 (R\$ 16.085 em 2018), com recursos provenientes de seus cooperados, e também ocorreram baixas em 2019, no montante de R\$ 10.009 (R\$ 10.123 em 2018), proveniente de cooperados desligados.

O capital social é de R\$ 65.622 e de R\$ 57.018 em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente.

b Destinações legais e estatutárias

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2019 e de 2018, conforme Estatuto Social, tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício (base de cálculo das destinações)	8.344	5.403
Destinações estatutárias:		
Reserva legal 10% (i)	(831)	(481)
FATES 5% (ii)	(416)	(241)
Transferido para FATES (iii)	(33)	(57)
Reversão da reserva legal	328	162
Juros sobre o capital (iv)	-	(540)
Sobras de exercícios encerrados	-	159
Sobras à disposição da Assembleia Geral	7.392	4.405

- (i) 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.
- (ii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados da Cooperativa, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 10 (i))
- (iii) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em 31 de dezembro de 2019, não houve pagamento de juros sobre o capital. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2018, foi aprovado a remuneração das cotas capital dos cooperados no montante de R\$ 540 mil, líquido do IRRF e foi contabilizado como “Capital social”, conforme determinação do plano de contas do COSIF. Adicionalmente, conforme determinado pela Circular BCB nº 2.739/1997, os juros sobre o capital integralizado foram registrados no resultado do exercício, como "Outros dispêndios operacionais", e ajustados;

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovada a destinação no montante de R\$ 2.511 das sobras acumuladas do exercício de 2018 para o FATES (R\$ 690 em 2018), R\$ 300 para constituição de reserva para contingências e o restante de R\$ 1.594 para aumento da reserva legal (R\$ 173 em 2018).

d Reserva para contingências

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovada a constituição de reserva para contingências no montante estimado de um milhão de reais, formada através da destinação de R\$ 300 das sobras líquidas apuradas no exercício de 2018 e o restante das sobras líquidas apuradas dos exercícios sociais futuros da Cooperativa, para fazer frente a eventual necessidade de recursos para pagamento de tributos e multas devido à recuperação de créditos tributários ainda não homologados.

13 Dispêndios administrativos

Descrição	2019	2018
Serviços técnicos especializados	(518)	(669)
Desenvolvimento e manutenção de sistemas	(291)	(259)
Depreciações e amortizações	(483)	(186)
Despesas OCESP	(109)	(112)
Outros	(203)	(276)
	(1.604)	(1.502)

14 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	2019	2018
Proventos	(1.011)	(1.078)
Encargos sociais	(348)	(363)
Benefícios a empregados	(127)	(102)
	(1.486)	(1.543)

15 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as aplicações interfinanceiras de liquidez e operações de crédito.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

16 Seguros contratados

A Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

17 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive pessoas jurídicas à elas ligadas, diretores e executivos e membros da família. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As operações são assim resumidas nos exercícios:

Conselho de Administração

	<u>2019</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>%/Total</u>	<u>2018</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>%/Total</u>
Empréstimos	-	53.094	-	-	51.814	-
Capital Social	17	65.621	0	7	57.018	-
Remuneração	-	-	-	-	-	-

Diretoria

	<u>2019</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>%/Total</u>	<u>2018</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>%/Total</u>
Empréstimos	-	53.094	-	-	51.814	-
Capital Social	-	65.621	-	-	57.018	-
Remuneração	-	-	-	-	-	-

Gerência

	<u>2019</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>%/Total</u>	<u>2018</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>%/Total</u>
Empréstimos	-	53.094	-	-	51.814	-
Capital Social	1	65.621	-	1	57.018	-
Remuneração	241	1.019	18	191	1.078	18

A Cooperativa possui relação transacional com o Grupo Pão de Açúcar, decorrentes da associação dos funcionários. Entre as obrigações do Grupo Pão de Açúcar com essa relação, estão os repasses para a Cooperativa, de valores correspondentes a integralização de capital e quitação de parcelas de empréstimos, cujos descontos ocorrem em suas folhas de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as transações por empresas do Grupo estão demonstradas no quadro a seguir:

Empresa	R\$ Mil	
	2019	2018
	Transferências	Transferências
Cia Brasileira de Distribuição	63.763	55.459
Assai	-	16.213
Comprebem	597	214
Greenyellow BR	32	46
CNOVA Comercio Eletrônico	-	43
Via Varejo	28	36
Novac Comercial Ltda.	28	27
Coop Econ. e Créd. M. Empr. GPA	36	23
Instituto P.A. Desenv. Humano	17	17
Móveis Bartira	-	4
GPA Malls & Properties	4	1
Sendas Distribuidora	23.665	-
	88.170	72.083

18 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão de risco da entidade é definida na política que atende aos requisitos predefinidos nas Resoluções nº 4.557/2017 e Resolução 4.606/2017 do BACEN e visa direcionar a estrutura integrada e simplificada de gerenciamento contínuo de riscos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que a Cooperativa está exposta de maneira relevante.

a Risco operacional

A gestão de risco operacional é definida como gerenciamento da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição inclui o controle do risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Cooperativa

Em atendimento à Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, a Cooperativa mantém processo de gerenciamento de risco operacional que inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método de apuração de não conformidades que geram perdas, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios.

Estas atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo:

b Diretoria Executiva

É responsável pelo cumprimento das políticas, normas e metodologias aplicáveis para o monitoramento e gerenciamento dos riscos, pela propositura de projetos e ações mitigadoras de riscos, bem como pela implementação de suas deliberações.

É responsável por avaliar as políticas, normas e metodologias de monitoramento dos riscos, aprovar as estratégias e as políticas para o adequado gerenciamento dos riscos e supervisionar a sua observância e implementação, em conformidade com os normativos aplicáveis.

c Diretor Responsável

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos operacionais e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.

d Gestor de Risco Operacional

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável por monitorar, controlar e acompanhar os indicadores de riscos instituídos pela Cooperativa, avaliar sistematicamente os processos e propor novos pontos de controle relacionados aos riscos, sempre que necessário.

e Risco de mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, define como risco de a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Estão incluídos nesta definição os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O processo de gerenciamento de risco de mercado inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método alinhado ao mercado, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios. As atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo:

f Diretoria Executiva

Responsável por aprovar a política de Gerenciamento Integrado e Contínuo de Riscos e avaliá-la no mínimo, uma vez ao ano, verificando e revisando a sua eficácia, e propondo melhorias ou adequações para atingir o objetivo proposto.

g Diretor Responsável

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos de mercado e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.

h Gestor de Risco de Mercado

O Coordenador Financeiro é responsável pela mensuração, monitoramento e controle do risco de mercado, bem como responsável pela consolidação e apresentação de relatórios, quando necessário.

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável pela remessa de informações ao BACEN de que trata a legislação vigente.

Admite-se que o gestor de risco de mercado seja o mesmo de risco operacional, desde que uma atividade não atrapalhe a outra e haja relação harmoniosa entre ambas, visto a estrutura de cooperativa.

Objetivando a contingência do Gestor de Risco, numa eventualidade assume sua função o Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT), que será treinado em tempo hábil e receberá informações do processo periodicamente.

i Risco de crédito

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, permitir a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados a Cooperativa.

As formas de pagamento dos empréstimos são consignação em folha de pagamento, nos casos de quitação antecipada, são efetuados via depósito em conta corrente da Cooperativa. Foi contratado sistema de automação de cooperativas de crédito que gera análise dos riscos, considerando pontuação obtida nas variáveis da avaliação cadastral, conforme Tabela "Análise de Rating, e são efetuadas avaliações do risco da operação.

A classificação das operações nos níveis de risco da Cooperativa será revista mensalmente e classificado conforme disposto na Resolução nº 2.682/1999.

j Risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, trata da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações".

Caberá à Diretoria Executiva rever as políticas de captação e de liberação de crédito para adequações condizentes com a realidade econômica e financeira da Cooperativa pelo período necessário ao equilíbrio financeiro

k Risco socioambiental – PRSA

A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental previsto na Resolução nº 4.327/2014 do BACEN, deve conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.

I Risco de Capital

O conceito de risco de capital não compõe o conteúdo do Manual de Controles Internos da Cooperativa (classificada como Cooperativa Clássica), uma vez que é obrigatório somente para Cooperativas Plenas conforme previsto artigo 40 §2º e 3º da Resolução 4.557/2017, do BACEN.

Fernanda Muraro Mazzetto
Diretora Administrativa Operacional

Marcelo Simões Pato
Diretor de Controladoria e Riscos

Valeria Machado da Costa Mesquita
Contador CRC 1SP 193.225/O-3

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.